



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

CONTRATO NÚMERO 002/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E EMBRAPEC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI, PARA A AQUISIÇÃO DE ITENS QUE TERÃO COMO OBJETIVO A COMPOSIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL PERSONALIZADO PARA PUÉRPERAS E RECÉM- NASCIDOS PARA ATENDIMENTO À COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUBVASP, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, situada na Rua México, 128 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Ordenador de Despesas, Sr. LEONARDO FERREIRA, portador da Identidade nº. 113892517, emitida pelo DIC/RJ e inscrito no CPF sob o nº 055.727.567-92, e a empresa EMBRAPEC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI, situada na Rua da Cevada, nº 98, Rua 4 MS Sebastião – Penha Circular, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.739.464/0001-21, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por MARCOS CECILIANO RIBEIRO, cédula de identidade nº 05.475.579-8, expedida por IFRJ e inscrito no CPF nº 626.451.027-00, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENXOVAL, com fundamento no processo administrativo nº SEI-080001/016013/2021, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nº 3.149/80 e 21.081/94 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ITENS QUE TERÃO COMO OBJETIVO A COMPOSIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL PERSONALIZADO PARA PUÉRPERAS E RECÉM- NASCIDOS PARA ATENDIMENTO À COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUBVASP, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: O fornecimento do objeto será de acordo com a forma indicada no ITEM 3.1 do Termo de Referência (ANEXO I).

- a) O prazo de entrega do material será conforme solicitação através da Nota de Empenho de despesa, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.
b) A entrega deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de assinatura do termo do contrato.
c) O material deverá ser entregue na COORDENAÇÃO GERAL DE ARMAZENAGEM, RUA DR. LUIZ PALMIER, Nº 762, BARRETO, NITERÓI/RJ.

ITEM	BEM / PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	QUANTITIVO SOLICITADO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MOCHILA, MATERIAL: POLICLORETO DE VINILA (PVC), REFORCADO COM NAO TECIDO DE POLIESTER, COM EFEITO BUFALO, IMPERMEAVEL, PANTONE 16-5803 TPX, COR: PANTONE 7545 U, DIMENSAO (L X C X P): 34CM X 42 CM X 18 CM, NUMERO DIVISAO: 5, FECHAMENTO DIVISORIA: ZIPER DE POLIAMIDA, ALCA COSTA: COM ALCA, MATERIAL ALCA COSTA: TIRANTES EM CADARCO COM REGULADOR DE METAL NIQUELADO, COR ALCA COSTA: PANTONE 7545 U, AJUSTE ALCA COSTA: REGULADOR DE METAL NIQUELADO, ALCA MAO: COM ALCA MAO, MATERIAL ALCA MAO: CADARCO DE 40 MM 100% POLIESTER, REVESTIMENTO ALCA MAO: PANTONE 7545U, QUANTIDADE BOLSO: 4, POSICAO BOLSO: FRONTAL, LATERAIS, TRASEIRO, FECHAMENTO BOLSO: ZIPER POLIAMIDA DUPLO, COMPARTIMENTO: 2 BOLSOS LATERAIS COM MEDIDAS DE 20CM (A) X 20 CM (L) COM LOGO, BOLSO SIMPLES FRONTAL 20 X 7,5 CM COM LOGO, BOLSO TRASEIRO COM MEDIDAS DE 20CM (A) X 15 CM (L), FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	84.000	RS 70,0000	RS 5.880.000,00
02	NECESSAIRE, MATERIAL: FILME COMPOSTO DE POLICLORETO DE VINILA (PVC), REVESTIMENTO: REFORCADO COM NAO TECIDO DE POLIESTER, COM EFEITO BUFALO, IMPERMEAVEL, COR: PANTONE 16-5803 TPX, FECHAMENTO: ZIPER DE POLIAMIDA, DIMENSOES: 12CM X 32CM X 6,5CM, ALCA: N/A, DIVISORIAS: 1, PERSONALIZADO: SIM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	84.000	RS 16,9900	RS 1.427.160,00
05	MANTA RECEM NATO, MATERIAL: 100% POLIESTER, DIMENSAO: 1,00 M X 0,75 M, ESTERIL: SIM, APLICACAO: AGASALHAR, COM LOGO PROGRAMA 8 X 8 CM BORDADA NA FRENTE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	84.000	RS 34,9000	RS 2.931.600,00
06	TOALHA HIGIENE PESSOAL, UTILIZACAO: BANHO, MATERIAL: FELPA TRATADA 100% ALGODAO, COM CAPUZ APLICACAO (ESTRELINHAS 10X 8,5 CM) BORDADA NO CAPUZ., SUPERFICIE: N/A, BAINHA LATERAL: COM ACABAMENTO EM VIES DE TECIDO ESTAMPADO PERSONALIZADO, 100% POLIESTER TAMBEM UTILIZADO PARA DETALHE DO CAPUZ, DIMENSAO (C X L): 1,00 M X 0,70 M, COR: BRANCO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	84.000	RS 34,5900	RS 2.905.560,00
07	TOALHA HIGIENE PESSOAL, UTILIZACAO: DE BOCA, PERSONALIZADO, MATERIAL: 100% ALGODAO, SUPERFICIE: N/A, BAINHA LATERAL: N/A, DIMENSAO (C X L): 28 CM X 28 CM, COR: BRANCA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	168.000	RS 6,1900	RS 1.039.920,00
08	MACACAO INFANTIL, MATERIA PRIMA: MALHA 30.1, PENTEADA, TECIDO DE 160 A 170G, 100% ALGODAO, TIPO: LONGO, PERSONALIZADO, CATEGORIA: UNISEX, COR / ESTAMPA: OFF WHITE, FECHAMENTO: COM ABOTOAMENTO FRONTAL, COM BOTOES DE PRESSAO DE LATAO NIQUELADO, GOLA REDONDA, CARACTERISTICA CONFECCAO: COM MANGAS LONGAS, BOLSO - QUANTIDADE X POSICAO: N/A, TAMANHO: UNICO (OMBRO 7 CM, MANGAS 22 CM, TRONCO 27 CM, COMPR. TOTAL 42 CM), FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	84.000	RS 40,6900	RS 3.417.960,00
09	TOUCA PROTECAO CAPILAR, TIPO: PERSONALIZADO, MATERIAL: MALHA 30.1 PENTEADA, TECIDO DE 160 A 170G 100% ALGODAO, COR: OFF WHITE, TAMANHO: UNICO, GRAMATURA: 14 CM X 17 CM, AJUSTE: SEM AJUSTE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	84.000	RS 9,7900	RS 822.360,00
10	SAPATO, MODELO: COM CABEDAL, PERSONALIZADO, CATEGORIA: UNISEX, MATERIAL: TECIDO DE 160 A 170G 100% ALGODAO, FECHAMENTO: N/A, COR: BRANCA, NUMERACAO: UNICO, SOLADO: MALHA 30.1 PENTEADA, TIPO SALTO: N/A, FORMA FORNECIMENTO: PAR	168.000	RS 7,1400	RS 1.199.520,00
12	CALCA CULOTE INFANTIL, MATERIAL: MALHA 30.1, PENTEADA, 100% ALGODAO, CATEGORIA: UNISEX, TAMANHO: RN, COR: BRANCA, PES: SEM, FECHAMENTO: ELASTICO NA CINTURA, PERSONALIZADO: SIM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	84.000	RS 14,9900	RS 1.259.160,00
VALOR TOTAL: R\$ 20.883.240,00 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e três mil duzentos e quarenta reais)				

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/__, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Edital Termo de Referência (**ANEXO D**);
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.
- g) manter programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2023**, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3390.30.01 / 3390.30.03

Fonte de Recurso: 1.500.100

Programa de Trabalho: 2961.10.302.0454.8330

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato valor total de R\$ 20.883.240,00 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e três mil duzentos e quarenta reais).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo Ordenador de Despesas, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 05 (cinco) dias após a entrega do bem/produto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto n° 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 20.883.240,00 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e três mil duzentos e quarenta reais), a ser realizado conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente n° 100807-2, agência 1417, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento ao Protocolo Geral/SES da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, sito à Rua México, n° 128, Térreo, Centro/RJ, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS n° 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS n° 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ n° 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá

contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea **h** do *caput* e nas alíneas **a** e **b**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO** serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

b) As sanções previstas na alínea **a** do *caput* e na alínea **c**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO** serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea **d**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO SEXTO - As multas administrativas, previstas na alínea **h** do *caput* e na alínea **b**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea **c**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

PARÁGRAFO OITAVO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea **d**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO NONO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Se o valor das multas previstas na alínea **h** do *caput*, na alínea **b**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO** e no **PARÁGRAFO DÉCIMO**, aplicadas cumulativamente e de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas **a** e **b** do **caput** e nas alíneas **a**, **b** e **c**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea **d**, do **PARÁGRAFO SEGUNDO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea **a** do **caput** e nas alíneas **c** e **d** do **PARÁGRAFO SEGUNDO**, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A aplicação das sanções mencionadas no **PARÁGRAFO VIGÉSIMO** deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

LEONARDO FERREIRA
ORDENADOR DE DESPESAS
CONTRATANTE

MARCOS CECILIANO RIBEIRO
EMBRAPEC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI
CONTRATADA

Rio de Janeiro, 15 fevereiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ceciliano Ribeiro, Usuário Externo**, em 23/02/2023, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Ferreira de Santana, Subsecretário**, em 23/02/2023, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **47308813** e o código CRC **59A76936**.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e consoante ao disposto no Edital do Concurso Público para Admissão no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II, publicado no DOERJ do Poder Executivo nº 159, de 26 de agosto de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-270137/000059/2023, **TORNA PÚBLICA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INDICADOS PARA MATRÍCULA**, em ordem de classificação, do Concurso Público para o Curso de Formação de Oficiais da Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II/2023, a saber:

a) Candidatos AMPLA CONCORRÊNCIA indicados para matrícula:

Class Geral FGV	Class Final	Inscrição	Nome	CPF
2º	1º	223032869	GLAUCO MARTINS DE ARAUJO	10315549718
5º	2º	223074149	THALES GUALBERTO ROSALINO ALVES	16317426716
6º	3º	223061186	EDUARDO GOMES NETO	12670106730
7º	4º	223006285	LUCAS MORAIS PAIXÃO	08426751598
9º	5º	223051157	LEONARDO OLIVEIRA QUEIROZ DOS SANTOS	16032202755
10º	6º	223054483	JOAO VITOR CONDE SPADA*	18797728764
11º	7º	223041665	STEFFANIE SANTOS RIOS	17568875784
12º	8º	223000943	THIAGO MATHEUS DE SANTANA MONTEIRO	13460508728
14º	9º	223049515	IGOR ROCHA DE SENA FREIRE*	17638890760
15º	10º	223062918	PEDRO HENRIQUE LISBOA TEIXEIRA	16066765710
16º	11º	223036572	LUCAS GOMES SENA DA SILVA	14968594720
17º	12º	223061637	YGOR GARCEZ FERRER	06185160773
18º	13º	223041631	GUILHERME GONÇALVES MENDONÇA VIEIRA	11596592737
19º	14º	223036416	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA MACHADO*	17861494780
20º	15º	223019921	JOÃO PAULO LETA PRESCOTT	17734474756
25º	16º	223088955	KAYLLAN BARREIRA GOMES*	18036305747
26º	17º	223061760	RAYNER DE PAULA SILVA*	16319746700
27º	18º	223025880	MARCOS PAULO FURTADO SOUZA	17632421700
30º	19º	223081675	CAIO HENRIQUE MAURÍCIO BAPTISTA	13636986724
31º	20º	223045913	THIAGO AVILEZ MARTINS DE OLIVEIRA	19101969757
37º	21º	223032423	KHALLIL SAID SAMIR SOBH	06361904717
42º	22º	223050654	WALDINEI DE FARIA SARAIVA	12405903776
47º	23º	223003929	MICAEL HERINGER COELHO DO NASCIMENTO	17595201799
48º	24º	223040799	LUCAS DE SOUZA JOTA MONTEIRO	19128728700
51º	25º	223010848	CRISTIANO DE SOUZA SANTOS JUNIOR	13608961712
52º	26º	223069265	FELIPE BITTENCOURT ALVES OLIVEIRA*	18864094717
60º	27º	223046034	YAGO JHONATAN LAVANDEIRA SANTOS	14335607717
64º	28º	223044493	FRANCISCO WILLIAM CABRAL OLIVEIRA	09633848482

*Candidatos que optaram pela reserva de vagas na condição "Negros/Índios" que passaram a configurar na lista de Ampla Concorrência por terem faltado ou terem sido considerados inaptos na Avaliação de Confirmação de Etnia conforme Item 7.22 do Edital.

b) Candidatos COTISTAS Negros/Índios indicados para matrícula:

Class Geral FGV	Class Final	Inscrição	Nome	CPF
65º	1º	223075261	ALESSANDRO DE SOUZA DA SILVA	14686005752
91º	2º	223002931	RAFAEL DAS CHAGAS VIEIRA	15149654701
100º	3º	223025101	VÍCTOR RODRIGUES DA SILVA RIBEIRO	15115385708
111º	4º	223021296	CAIO LAPORT LAVINAS	10968817726
115º	5º	223077558	GABRIEL BARBOSA DE FREITAS	15890604740
139º	6º	223044304	WALLACE FERREIRA PINHEIRO	17453083770
184º	7º	223000399	RÉGIS DA SILVA FARIAS	18811893763
207º	8º	223027084	CARLOS HENRIQUE FRANCISCO FERREIRA JUNIOR	14522733755

c) Candidatos COTISTAS HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA indicados para matrícula:

Class Geral FGV	Class Final	Inscrição	Nome	CPF
121º	1º	223001154	AGUINALDO SOARES DE PAULA JUNIOR	14688617780
122º	2º	223004737	MIGUEL SCIAMMARELLO CORRÊA DE SOUZA	05863588705
209º	3º	223075699	WELTON RIBEIRO DE OLIVEIRA	15644086712
408º	4º	223029338	GABRIEL ALVES PORTES	18028343708

Id: 2459046

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

INSTRUMENTO: Contrato nº 002/2023.
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico 553/2022 - SEI-080001/016013/2021.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, e a empresa EMBRAPEC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI.
OBJETO: Aquisição de itens que terão como objetivo a composição de kits de enxoval personalizado para puérperas e recém-nascidos para atendimento à COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUBVASP.
VALOR TOTAL ADJUDICADO: R\$ 20.883.240,00 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e três mil duzentos e quarenta reais).
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no D.O.
DATA DA ASSINATURA: 23/02/2023.
INSTRUMENTO: Contrato nº 003/2023.
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico 553/2022 - SEI-080001/016013/2021.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, e a empresa LIFE EXPRESS ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de itens que terão como objetivo a composição de kits de enxoval personalizado para puérperas e recém-nascidos para atendimento à COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUBVASP.
VALOR TOTAL ADJUDICADO: R\$ 13.465.200,00 (treze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais).
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no D.O.
DATA DA ASSINATURA: 23/02/2023.

Id: 2459494

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 006/2023.
PARTES: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e Líder Taxi Aéreo S/A Air Brasil.
OBJETO: prestação de serviço de manutenção em aeronave, para atendimento da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, no período de 05 de outubro a 03 de novembro de 2022.
VALOR: R\$ 15.306,47 (quinze mil, trezentos e seis reais e quarenta e sete centavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/02/2023.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO Nº SEI-080002/004227/2022.

Id: 2459361

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

AVISO

O ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (ASSPSOSS/SUBGE/SES), no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009 e da Resolução SES nº 2.324 de 21 de junho de 2021 c/c Art 37, caput, da Constituição Federal de 1988, DÁ CIÊNCIA de que foi instaurado Processo Apuratório SEI-080001/020401/2020, em face da Organização Social de Saúde INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL - IDAB, Contrato de Gestão 016/2018, inscrita no CNPJ: 12.955.134/0001-45.

Id: 2459345

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

AVISO

NOTIFICA a ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE HOSPITAL MATERNIDADE TEREZINHA DE JESUS - HMTJ, inscrita no CNPJ sob o nº 21.583.042/0009-20 da decisão de segunda instância administrativa que no mérito, "...DOU-LHE PROVIMENTO INTEGRAL, para desconstituir a sanção de multa administrativa na ordem de R\$ 2.118,05 (dois mil cento e dezoito reais e cinco centavos) aplicada pela decisão de piso e da aplicação de qualquer sanção em face da citada Organização Social de Saúde e pela extinção do processo apuratório SEI E-08/001/1764/2018 acerca da Gestão, Operacionalização e Execução na Unidade de Saúde Complexo Regional da Mãe de Mesquita - Maternidade e Clínica a Mulher.

Id: 2459346

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

AVISO

NOTIFICA a ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO DOS LAGOS RIO, inscrita no CNPJ sob o nº 07.813.739/0007-57, sobre a Instauração de Processo Administrativo Apuratório no processo SEI-080001/022304/2020. Ficando desde já ciente a referida Organização Social de Saúde (OSS), que é facultada a apresentação de defesa técnica em atendimento ao art. 5º, LV, da CRFB de 1988, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. O presente prazo passará a contar desta publicação.

Id: 2459347

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública a seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/23.
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos (CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (AÇÃO TERAPÊUTICA EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO) + COLÉCALCIFEROL 5 MCG (EQUIVALENTE A 200 UI) E OUTROS), para atender à Coordenação de Medicamentos, na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14/03/2023 às 11:00 horas.
ETAPA DE LANCES: 14/03/2023, às 11:00 horas.
PROCESSO Nº SEI-08/001/015442/2019.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e www.saude.rj.gov.br/licitacoes. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua México, Nº 128 - 6º andar, sala 605 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

Id: 2459348

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública a seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/23.
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos (CLARITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDO REVESTIDO E OUTROS), para atender à Coordenação de Medicamentos, na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14/03/2023 às 09:00 horas.
ETAPA DE LANCES: 14/03/2023, às 09:00 horas.
PROCESSO Nº SEI-080001/003359/2020.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e www.saude.rj.gov.br/licitacoes. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua México, Nº 128 - 6º andar, sala 605 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

Id: 2459349